



## Comissão aprova projeto que reduz tributo sobre as contas de luz

A Comissão de Minas e Energia aprovou o Projeto de Lei 3208/12, do deputado Valadares Filho (PSB-SE), que reduz a zero a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidente sobre as receitas de fornecimento de energia elétrica.

O relator da proposta, deputado Ângelo Agnolin (PDT-TO), fez uma alteração para que a redução de imposto possa ser aprovada pela Câmara. Em vez de produzir efeito imediatamente, a lei decorrente desse projeto deverá valer apenas para o próximo exercício fiscal, e o Poder Executivo terá que incluir essa redução nos cálculos da lei orçamentária a ser elaborada.

Na composição do custo da energia, as taxas e impostos representam 45% do valor total, cerca de 7% somente para PIS/Cofins. Hoje, no País, há 23 impostos e 13 encargos (municipais, estaduais e federais) sobre a energia elétrica.

O projeto ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Depois, será votado pelo Plenário.



PREFEITURA DE CUIABÁ



**Segurança Pública inclui agentes de trânsito entre profissionais que podem portar arma de fogo em serviço**

Página 3

INSTITUCIONAL | 2

**Começam hoje as inscrições para o curso de mestrado profissional em Poder Legislativo, oferecido pela Câmara**

# Câmara lança mestrado profissional em Poder Legislativo

O processo seletivo, que não é restrito a servidores da Casa, será composto de prova discursiva sobre conteúdos relacionados ao tema, prova de proficiência em língua inglesa e análise de pré-projeto

Começam hoje as inscrições para o Mestrado Profissional em Poder Legislativo, o primeiro curso do gênero promovido pela Câmara. O edital de lançamento do curso foi divulgado na semana passada, e as inscrições ficam abertas até 6 de setembro. O mestrado terá duração de dois anos, a partir de março de 2013, e está aberto a quem tenha concluído curso de graduação reconhecido pelo Ministério da Educação.

Serão oferecidas 12 vagas, sendo quatro para cada linha de pesquisa: organização; processos políticos; e política institucional do Poder Legislativo. A seleção dos candidatos envolverá uma prova de proficiência em inglês, um exame discursivo sobre bibliografia pré-determinada, entrevista e análise de pré-projeto de pesquisa.

**Custo** - O mestrado da Câmara terá um custo total de R\$ 33,6 mil divididos

em 24 prestações, mas os ocupantes de Cargo de Natureza Especial há mais de três anos e os servidores efetivos da Câmara que passarem na seleção estarão isentos do pagamento. Em ambos os casos, os candidatos não deverão ter participado de curso de especialização financiado pela Câmara nos últimos três anos.

Os servidores de órgãos com os quais a Câmara mantém convênio de cooperação, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, também podem ficar isentos de pagamento do mestrado.

Serão reservadas duas vagas para esses candidatos.

**Período de inscrições :**  
de 13 de agosto a 6 de setembro

**Horário:**  
das 9h às 12h e das 14h às 18h

**Local:**  
Coordenação de Recrutamento e Seleção do Cefor (Via N3, Projeção L, Setor de Garagens Ministeriais Norte, Sala 35 do Complexo Avançado).

**Informações:**  
3216-7611

**Pioneirismo** - Durante o evento de lançamento do curso, o diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Oxford, Timothy Power, proferiu palestra sobre o tema Os Desafios do Poder Legislativo no Século XXI. Ao fim da apresentação, Power lembrou que a iniciativa da Câmara vai permitir um intercâmbio importante entre servidores, pesquisadores e cientistas políticos, além de favorecer a reflexão sobre formas de aperfeiçoar o sistema político brasileiro. Já o diretor do Núcleo de

Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara (Cefor), André Sathler Guimarães, lembrou o pioneirismo da Casa ao ser a primeira instituição do Poder Legislativo no Brasil e no mundo a oferecer programa acadêmico dessa natureza.

De acordo com o diretor-substituto da Coordenação de Pós-Graduação da Câmara, Roberto Miranda, não haverá distinção entre os candidatos da Casa e de fora no processo de seleção. "A origem do aluno não é importante. O objetivo é conseguir formar profissionais de alto nível que consigam associar conhecimentos acadêmicos e técnicos para a melhoria do Poder Legislativo como um todo, ou seja, de forma que todas as áreas que atuem ou dialoguem com esse poder sejam beneficiadas", explicou.

## CONSUMO

### Consea: regulamentação da publicidade infantil pode conter avanço da obesidade

A conselheira Elizabetta Recine, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), afirmou na semana passada que o aumento de brasileiros com excesso de peso e obesos aponta para a necessidade urgente de regulamentação da publicidade infantil. Ela participou do 1º Seminário Infância Livre de Consumismo, promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

"Até os 12 anos, as crianças não têm capacidade de separar o que é programação do que é publicidade. Consequentemente, não têm capacidade de julgar o que é uma informação verdadeira do que é apelo ao consumo", disse a conselheira. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que, em todas as regiões do País, em todas as faixas etárias e em todas as faixas de renda, houve aumento contínuo e substancial do percentual de pessoas com excesso de peso e obesas nos últimos anos.



Segundo Erika Kokay, que preside frente parlamentar de direitos da infância, "crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, não são coisas para serem entregues em bandejas a um mercado consumista"

O sobrepeso atinge mais de 30% das crianças entre 5 e 9 anos de idade e cerca de 20% de crianças e jovens entre 10 e 19 anos.

Segundo dados divulgados na au-

diência, a criança brasileira também é a que mais fica tempo na frente da televisão, uma média de cinco horas diárias.

**Alimentação saudável** - O vice-

presidente executivo da Associação Brasileira de Anunciantes, Rafael Sampaio, afirmou que a publicidade precisa ser usada para estimular hábitos alimentares saudáveis nas crianças, como foi feito recentemente nos Estados Unidos. "A associação dos plantadores de cenourinhas contratou uma das melhores agências americanas, que fez uma campanha e colocou a cenourinha em vending machines, em embalagens iguais a batatinhas. Foi um sucesso extraordinário", disse Sampaio.

A coordenadora da Frente Parlamentar Mista de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, deputada Erika Kokay (PT-DF), reforçou que regulamentar a publicidade direcionada às crianças é cumprir o que diz a Constituição, que assegura a elas proteção integral. "[Crianças e adolescentes] são sujeitos de direitos, não são coisas para serem entregues em bandejas a um mercado consumista".

#### Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - 54ª Legislatura

Presidente: **Marco Maia (PT-RS)**

1ª Vice-Presidente  
**Rose de Freitas (PMDB-ES)**  
2ª Vice-Presidente  
**Eduardo da Fonte (PP-PE)**  
1º Secretário  
**Eduardo Gomes (PSDB-TO)**  
2º Secretário  
**Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP)**  
3º Secretário  
**Inocência Oliveira (PR-PE)**  
4º Secretário  
**Júlio Delgado (PSB-MG)**

Suplentes  
**Geraldo Resende (PMDB-MS), Manato (PDT-ES), Carlos Eduardo Cadoca (PSC-PE) e Sérgio Moraes (PTB-RS)**  
Ouvidor Parlamentar  
**Miguel Corrêa (PT-MG)**  
Procurador Parlamentar  
**Nelson Marquezelli (PTB-SP)**  
Diretor-Geral  
**Rogério Ventura**  
Secretário-Geral da Mesa  
**Sérgio Sampaio de Almeida**

#### SECOM - Secretaria de Comunicação Social

Diretora: **Sueli Navarro**

(61) 3216-1500

secom@camara.gov.br

#### Jornal da Câmara

Diretor de Mídias Integradas  
**Frederico Schmidt**  
Coordenadora de Jornalismo  
**Patricia Roedel**

Editora-chefe  
**Rosalva Nunes**  
Editores  
**Maria Clarice Dias**  
**Rachel Librelon**

Diagramadores  
**Roselene Guedes**  
**Henrique Eduardo Araújo**

Ilustrador  
**Renato Palet**

jornal@camara.gov.br | Redação: (61) 3216-1660 | Distribuição e edições anteriores: (61) 3216-1827

Impresso na Câmara dos Deputados (DEAPA / CGRAF) em papel reciclado

# Segurança Pública autoriza porte de arma para agentes de trânsito em serviço

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou proposta que inclui os agentes de trânsito entre as categorias profissionais que podem portar arma de fogo em serviço. O texto foi aprovado na forma de substitutivo do relator, deputado Francisco Araújo (PSD-RR), ao Projeto de Lei 3624/08, do ex-deputado Tadeu Filippelli.

O projeto, que tramita de forma conclusiva e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, permite o porte de arma para “funcionários integrantes dos quadros de pessoal de fiscalização dos departamentos de trânsito” (Detrans). O substitutivo de Araújo utiliza o conceito de agentes de órgãos de trânsito e explicita que a permissão atinge os profissionais que atuam nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal), desde que seja de interesse do respectivo ente federativo.

“Essa disposição está em harmonia com o respeito à autonomia do ente federado, um dos elementos essenciais do princípio federativo, e permite que a decisão sobre a concessão de porte de arma para agentes de trânsito possa

ser feita à luz de condições específicas, próprias de cada ente federado”, disse Francisco Araújo.

**Formação** - A permissão também fica condicionada à formação do profissional em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno, nas condições estabelecidas em regulamento, observada a supervisão do Ministério da Justiça.

O relator afirmou também que a discussão sobre porte de arma costuma gerar confrontos emocionais, mas que seu parecer é técnico. “Os pontos principais para a análise da proposição devem ser a defesa da vida e da integridade física de agentes públicos, expostos a situações de risco no exercício de sua atividade profissional”, disse.

A proposta altera o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03), que autoriza o porte de arma para diversas categorias, entre elas: policiais (federais, civis, rodoviários, ferroviários, militares, bombeiros militares), integrantes das Forças Armadas, guardas municipais, guardas prisionais, auditores da Receita Federal e auditores fiscais do Trabalho.



Francisco Araújo

Os pontos principais para a análise da proposição devem ser a defesa da vida e da integridade física de agentes públicos, expostos a situações de risco no exercício de sua atividade profissional

## Obrigatoriedade de sinalização educativa em rodovias

Foi aprovado pela Comissão de Viação e Transportes o Projeto de Lei 3415/08, do deputado Renato Molling (PP-RS), que obriga os órgãos responsáveis a colocar placas educativas com mensagens sobre os riscos da transgressão às regras de trânsito ao longo das rodovias. A matéria tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

O relator, deputado Hugo Leal (PSC-RJ), retirou da proposta a determinação de que as placas sejam

afixadas a cada dez quilômetros. Na opinião de Leal, “especificações técnicas dessa natureza devem ser matéria do engenheiro rodoviário, não do legislador”.

Hugo Leal lembrou que no Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97) já consta a colocação desse tipo de sinalização nas rodovias, mas a lei diz apenas que a providência será tomada “sempre que necessário”. Em sua opinião, o principal mérito do projeto é justamente tornar a medida obrigatória.

## Ciência e Tecnologia prevê incentivo ao desenvolvimento de “bafômetros” não invasivos

Aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, o Projeto de Lei 3532/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO) cria incentivos fiscais para a pesquisa, o desenvolvimento e a venda de espectrômetros (“bafômetros”) não invasivos para detecção do nível de álcool no organismo. Esses dispositivos deverão ser acoplados ao veículo.

A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será examinada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Os mecanismos de detecção de

alcoolemia terão isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e alíquota zero de PIS/Pasep e Cofins. Ainda conforme a proposta, atividades de pesquisa e desenvolvimento de espectrômetros também poderão contar com os incentivos concedidos pela chamada Lei do Bem (11.196/05), como, por exemplo:

- redução de 50% do IPI;
- depreciação integral, no próprio ano da aquisição, de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos,

novos, destinados à utilização nas atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, para efeito de apuração do

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

- amortização acelerada, mediante dedução como custo ou despesa operacional, no período de apuração em que forem efetuados, dos gastos relativos à aquisição de bens intangíveis, vinculados exclusivamente às atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico para efeito de apuração do IRPJ;
- redução a zero da alíquota do Imposto de Renda retido na

fonte nas remessas efetuadas para o exterior destinadas ao registro e à manutenção de marcas, patentes e cultivares.

O relator, deputado Gilmar Machado (PT-MG), apresentou parecer pela aprovação da matéria. Ele observou que a instituição de incentivos

fiscais para a pesquisa, desenvolvimento e exportação desse tipo de equipamento no Brasil poderá estimular a indústria nacional a produzir esse tipo de equipamento. “Quando tais sistemas estiverem maduros do ponto de vista tecnológico e com seus custos de produção viabilizados por meio das

economias de escala, é factível supor que os governos nacionais vão alterar as legislações obrigando a instalação de tais dispositivos”, disse.



Irajá Abreu

ALEXANDRA MARTINS



Gilmar Machado

LEONARDO PRADO

### Progresso da ciência

A sexagésima quarta reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) foi realizada em São Luís, Maranhão, no final de julho. Telma Pinheiro (PMDB-MA) destacou que mais de 700 cidades estiveram representadas por pesquisadores, acadêmicos, professores e cientistas. A deputada ressaltou a participação do israelense Daniel Shechtman, prêmio Nobel de Química em 2011, que apresentou experimentos e propostas que podem contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços médicos no Brasil.



ANTONIO CRUZ / ABR

A reunião anual da SBPC teve como tema: "Ciência, Cultura e Saberes Tradicionais para Enfrentar a Pobreza". Ricardo Archer (PMDB-MA) informou ter participado de vários painéis e destacou o empenho da comunidade técnica e científica para combater a pobreza intelectual no Brasil. Ele também ressaltou a defesa por mais investimentos no setor, além do estímulo às comunidades tradicionais para que industrializem seus

conhecimentos. Archer registrou a homenagem em memória ao primeiro ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil, Renato Archer.

### Reforma política

O Congresso não pode mais se omitir no que diz respeito à reforma política. A opinião é de Leonardo Gadelha (PSC-PB), para quem a população, hoje, demonstra cada vez mais indiferença no que diz respeito às questões políticas. As campanhas também estão cada vez mais distantes do cidadão, opinou Gadelha. Para o deputado, as campanhas são feitas longe das ruas. "Qualquer que seja a reforma, precisa ser feita imediatamente", defendeu.

### Irmãs Marcelinas

Keiko Ota (PSB-SP) lembrou os 100 anos da presença das Irmãs Marcelinas no Brasil, ressaltando as contribuições da irmandade nas áreas sociais e de saúde, em especial em São Paulo. A deputada fez uma distinção especial à criação do novo curso de medicina da faculdade Santa Marcelina, "que contribuirá para a formação profissional do corpo médico de um dos mais importantes hospitais da zona leste de São Paulo: o Hospital Santa Marcelina".

### Desastres naturais I

O governo federal lançou o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres Naturais. Luiz Couto (PT-PB) informou que a iniciativa vai beneficiar a Paraíba com R\$ 92 milhões para a realização de obras de segurança hídrica e prevenção de catástrofes naturais em mais de 50 municípios. O deputado destacou o trabalho do governo estadual por apresentar projetos, com aval do Executivo federal, e de criar projetos de abastecimento de água em vários municípios, como Camalaú, Princesa Isabel e Santo André.

### Desastres naturais II

O 3º secretário da Câmara, Inocêncio Oliveira (PR-PE), também destacou o lançamento do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres Naturais. O plano, de acordo com o parlamentar, servirá para prevenir e dar respostas rápidas a enchentes, deslizamentos e estiagens, comuns principalmente no verão. Prevê também obras de contenção de encostas, drenagem urbana e controle de inundações, além de estabelecer, segundo Inocêncio, o mapeamento de áreas de alto risco de deslizamento, enxurradas e inundações em 821 muni-

### Emendas parlamentares

Izalci (PR-DF) lamentou que as promessas de liberação das emendas parlamentares não sejam cumpridas. Em sua avaliação, esse fato "denigre a imagem dos deputados, que destinam recursos para as pequenas prefeituras, sem que elas recebam as verbas prometidas". Para o deputado, é importante a criação da Frente Parlamentar em Defesa do Fortalecimento do Legislativo, com o intuito de valorizar as iniciativas desse poder. A aprovação das emendas parlamentares se insere na construção de um Legislativo livre e representativo, essencial à democracia, destacou.

### Telefonia móvel

Até o momento, as operadoras de telefonia não responderam oficialmente encaminhado pelo Congresso, cobrando explicações sobre problemas no serviço de comunicação móvel prestado à população, comunicou Nelson Marquezelli (PTB-SP). De acordo com ele, os brasileiros pagam as tarifas mais caras do mundo, além de sofrerem com cobranças indevidas, propaganda enganosa e perda de sinal. Na opinião do parlamentar, as empresas estão comercializando suas linhas de forma irresponsável, concedendo vantagens que não podem oferecer e provocando a saturação do sistema.

### Ferrovia Norte-Sul

A continuidade das obras da ferrovia Norte-Sul depende de licença ambiental do Ibama. Geraldo Simões (PT-BA) reclamou da demora no licenciamento, o que vem, segundo disse, prejudicando o desenvolvimento regional. Ele argumentou que os portos e as rodovias brasileiros já chegaram ao limite e lamentou que o projeto, que tem recursos e estudo de impacto ambiental, esteja com o licenciamento "feito a conta-gotas".

### Greve nas universidades

Presidente da Comissão de Educação e Cultura, Newton Lima (PT-SP) pediu a retomada das negociações com os servidores técnicos das universidades e institutos federais. Para o parlamentar, é importante que o impasse seja rapidamente solucionado e a normalidade, retomada. Newton Lima apresentou ainda moção de apoio à rádio Intersom

Eliene Lima (PSD-MT) manifestou seu apoio à greve dos docentes das universidades federais. As exigências, na opinião do parlamentar, são justas, e o governo federal precisa oferecer condições dignas de trabalho aos professores e servidores dessas instituições. A proposta do governo federal, segundo Eliene Lima, poderia gerar um achatamento salarial dos docentes.

FM, que completa 30 anos de existência, pela qualidade dos serviços prestados à cidade de São Carlos.



FABIO POZZEBOM / ABR

O deputado disse que o governo não deve negligenciar nem os professores e nem os cientistas que se encontram nessas universidades federais.

### Greves

Preocupado com a paralisação dos portos brasileiro em consequência da greve dos fiscais da Anvisa, Receita Federal e Agricultura, Valdir Colatto (PMDB-SC) fez um apelo ao governo federal para buscar acordo com os servidores. No entendimento do parlamentar, o Brasil não pode parar devido a greves de funcionários públicos. Segundo ele, os frigoríficos do País já estão com capacidade esgotada para estoque de carnes, "o que vai acabar refletindo no bolso dos produtores e na mesa dos brasileiros".

### Pesca artesanal

Jair Bolsonaro (PP-RJ) alertou que os pescadores que habitam as proximidades da estação ecológica de Tamoios, na região entre as cidades de Parati e Angra dos Reis, estão sendo impedidos de exercer a pesca artesanal. Ele pediu uma solução urgente por parte do governo federal, em especial do Ministério da Pesca e Aquicultura. O deputado considera a proibição de pesca "uma covardia com os pescadores artesanais da Baía de Angra, que são obrigados a comprar peixe se quiserem comer".



ARQUIVO SEFOT